

Bandidos & bandidos: os vários tempos da cidade

Criminals & criminals: the city over time

Rôssi Alves Gonçalves,
Doutora em Teoria Literária, Profa. adjunta da
Universidade Federal Fluminense
E-mail: rossialves@ibest.com.br

RESUMO:

A cidade do Rio de Janeiro, com sua tendência à rebeldia e com a imensa dificuldade de conter o crime, sempre foi espaço propício ao surgimento de ícones de uma cultura, às vezes, romântica, simpática, glamourosa e, muitas vezes, criminosa, também. Em tempos diversos, mídia, literatura, cinema, a arte em geral ajudaram a construir certa aura sobre tais personagens, o que corrobora a perpetuação dos mesmos na memória carioca.

Palavras-chave: marginais; heroísmo; discursos

SUMMARY:

The city of Rio de Janeiro, with its tendency to rebellion and major difficulty in restricting crime, has always been a propitious area for the emergence of cultural icons – sometimes romantic, likeable, glamorous – but often criminal also. Over the years, the media, literature, cinema and art itself have helped to give a certain aura to these characters, which tends to perpetuate them in the carioca memory.

Key words: *outlaws; heroism; discourses*

“Muambas, baganas e nem um tostão”: celebridades marginais

O termo malandro, derivação de malandrim, tem sua origem em *malandrino*, do italiano, que indica salteador, vagabundo, popularmente conhecido como o esperto, aquele que se dá bem sem fazer esforço e que goza, ainda, da simpatia popular.

O malandro, como símbolo marginal carioca, ganha contornos mais nítidos no fim do século XIX e alcança enorme repercussão porque, de certa forma, traduz o espírito de alguns grupos da sociedade carioca. Uma sociedade que apresenta enorme efervescência social: cafés, bares, teatros, mas não comporta a enorme massa de ex-escravos, pobres, favelados. Tais grupos não têm acesso ao conforto dessa nova sociedade, mas querem fazer parte dela. Assim, por meio de trabalhos alternativos ou pela via da malandragem, eles buscam a inclusão nesse meio social emergente e agitado.

Dessa forma, o malandro adquire expressividade e se torna referência contumaz para o imaginário artístico brasileiro, sobretudo, para a crônica e a música. Pertencente às camadas mais baixas da cidade, o malandro é, predominantemente, negro ou mestiço, habitante de cortiços, morros e favelas (Cf. MATOS, 1986):

Entre os cariocas o malandro está simbolizado pelo homem do morro, que aí acampou, ergueu o seu barraco ainda sob o complexo da escravidão e faz arruaças por prazer, numa demonstração de homem livre, de valentão senhor de seu nariz (BANDEIRA E ANDRADE, 1965, p. 506).

Manduca da Praia, o malandro descrito pelo cronista Luiz Edmundo, ilustra bem esse personagem que faz do Centro do Rio de Janeiro, no início do século, o local especial de suas atuações: “na zona do fêmeação, entre fuzileiros navais e guardas da polícia” (EDMUNDO, 1957, p. 379), nas rodas de samba, casas de jogos e, ainda, participando da vida política carioca como cabo eleitoral.

É, sobretudo, nessa relação com políticos e autoridades que ele tem sua glória ilusória, porque nunca deixa de pertencer ao submundo, ao grupo que, se por um lado protege políticos e está ao lado do governo, também está marcado por provocar inúmeras confusões quando a capoeira não está a serviço da elite: “Manduca da Praia, por cálculo, é cabo eleitoral do partido do governo e sua escora nos colégios eleitorais, onde comparece sempre erigido de facas, navalhas e de cédulas (...)” (EDMUNDO, 1957, p. 380). Ou seja, ocupa um lugar fronteiro: nem pertence ao mundo político, que é o mundo do reconhecimento, nem pode ser tomado por criminoso; equilibra-se entre políticos e brancos ricos - e aí é o malandro aceito - e prostitutas e jogadores perseguidos e, nesse caso, aproxima-se, intimamente, da marginalidade assustadora, como aquela descrita por Costallat em *O jogo do Bull-Dog* (1995): um antro, onde se encontram marginais diversos e perigosos.

“Vive, ainda, dividindo-se entre a viola e a navalha: em contínuos desafios, ora calmos, de viola em punho, ora mais violentos”, (BANDEIRA E ANDRADE, 1965, p. 506) sempre descritos com grande orgulho:

Saía eu, honte, de tardinha, do chatô para ir ao chorô do Madruga, no Agrião, quando risca na minha frente um cujo, meio çarará e que eu me recordei de haver estragado num dia de festa no arraial da Penha por motivo de Ermelinda que então via comigo. O cabra vinha zarro para tirar sua desforra e fazer sua deferença. Não dei tempo ao bruto de comparecer com os argumentos (EDMUNDO, 1957, p. 378).

O que distingue o malandro de tantos personagens marginais da história da cidade é essa flutuação entre os mundos da honestidade e da desonestidade. É inconcebível para um malandro projetar-se na vida por meios legais. A sua introjeção acontece pela sua competência em enganar, trapacear e comover. “Se trazes no bolso a contravenção/ Muambas, baganas e nem um tostão/ A lei te vigia, bandido infeliz/ com seus olhos de raio x” (BUARQUE, 1979). É um malandro persuasor, que aplica golpes diversos, idealizador de grandes “jogadas” a fim de se dar bem e, ainda, parece inalcançável pela lei.

Há a aversão ao trabalho - para otário. No entanto, o contato com o mundo da ilegalidade é tímido e tal fato, talvez, explique porque, mesmo não se envolvendo com o trabalho burguês e com a ordem pregados pelas autoridades, ele, ainda assim, firma-se como uma figura de grande apelo popular, o barão da ralé:

Quando ele parte, maneiroso e gentil, cantarolando, alegre, o “pinho” entre os dedos, saudando os desconhecidos do cortiço - Bá tarde! muito orgulhoso das suas calças brancas, da sua bipartida gaforinha, há um movimento de admiração que o envolve e acaricia. Gabam-lhe a voz, o violão, o bom corte do terno feito na Tesoura de Prata à rua da Saúde (...) (EDMUNDO, 1957, p. 378).

Os pequenos desvios cometidos pelo malandro são tratados, apenas, como esperteza; não são, normalmente, considerados golpes, porque não se destinam aos homens honestos, humildes, mas, comumente, a seus outros semelhantes: “O malandro/ Na dureza/ Senta à mesa/ Do café/ Bebe um gole/ De cachaça/ Acha graça e dá no pé” (BUARQUE, 1979). É o indivíduo que não se intimida e aplica o golpe. Um desenho da malandragem mais ingênuo, romântico. Não age, ainda, por desonestidade ou arrogância:

O malandro é o fraco a defender-se das insídias do meio e que tenta conseguir o seu quinhão através de artimanhas, não tanto por desonestidade como para despende um mínimo de esforço das poucas sobras de energia que dispõe (BANDEIRA E ANDRADE, 1965, p. 505).

Por não se encontrar totalmente na irregularidade, já que ao mesmo tempo que se afasta do paradigma de cidadão também não se inscreve no mundo do crime, o malandro é, apenas, a figura excêntrica, ora merecedor de admiração, ora de ajustes de contas com a Polícia. Ele se equilibra: “Entre deusas e bofetões/ Entre dados e coronéis/ Entre parangolés e patrões/ O malandro anda assim de viés (BUARQUE, 1979). O malandro nem ocupa totalmente o lugar do ilícito, nem está inserido na ordem burguesa: ele está na fronteira.

Esse conflito com a Polícia vai rareando a medida que as suas atividades vão perdendo a marca marginal: quando o samba começa a ser reconhecido ou quando a capoeira perde a conotação violenta e marginal e se impõe como esporte e dança, o malandro é suportado, embora não ocupe, ainda, um lugar dentro da ordem burguesa. Nesse ponto, o malandro redefine-se: ou assume a ordem, ou vira bandido e vai viver totalmente na ilegalidade.

A malandragem cresce, também, entre aqueles que aparentemente estariam acima de qualquer suspeita. Porém, essa malandragem profissional é desglamourizada, não “anda de viés” e, frequentemente, ocupa a cena do poder constituído - econômico ou político - transmitindo, séria e bem composta, a pose do colarinho branco. Esse símbolo marginal, predominante até a metade do século passado, cede espaço ao bandido “bom”, também morador de áreas carentes e cujos recursos para sobrevivência não se baseiam no trabalho.

A diferença fundamental existente entre o malandro e o bandido “bom” reside na total inserção deste no caminho da ilegalidade. Com o bandido “bom” desfaz-se a fronteira entre o legal e o ilegal; já não há o trânsito pelos dois lados, mas, sim, uma adesão explícita à via da ilegalidade. O malandro assume um lugar dentro da marginalidade carioca por não se fixar na ordem burguesa recém-instalada - o tipo de ócio visto por alguns como uma forma de protesto. Já a imagem que a mídia constrói do bandido “bom”, que atua principalmente nas décadas de 1950/1960, é de um personagem com atuação totalmente criminoso, protagonista de roubos, jogo do bicho, homicídios, venda de maconha e a utilização de armas de fogo. “Quando a criminalidade no Rio de Janeiro aposentou a navalha e empunhou um revólver 45, o malandro da Lapa deu lugar a bandidos como José da Rosa Mirando, que vivia no Morro da Favela, atrás da Central do Brasil e, já em 1954 era acusado de vários assassinatos, que praticou ou não (...)” (*O Globo*, 5/2/95, p. 32).

Se o malandro, enquanto personagem constrói-se dentro da crônica carioca do início do século, o bandido “bom” tem, na mídia impressa, o seu melhor criador. Esse tipo de bandido populariza-se pela imagem de bandido amigo da comunidade, porque não oferece perigo a ela e nem à cidade. É mais um vizinho, alguém que nasce e se cria por ali e que é bandido. A comunidade apenas reconhece a sua atividade marginal, sem conferir a essa nenhuma apreciação valorativa.

No entanto, mesmo sem uma performance espetacular no mundo do crime, cerca-se de importância dentro da marginalidade carioca, como o bandido Cara de Cavalo: “Era apenas um achacador de bicheiros e pequeno traficante da Favela do Esqueleto, que já não existe” (*O Globo*, 5/2/95, p. 32). Todavia, uma imagem muito diferente é sustentada por alguns jornais da época, conforme sugere a seguinte manchete do jornal *O Dia*: “Bandido que matou Le Cocq continua pondo em pânico a cidade”.

Como muitos desses personagens do mundo do crime valem-se de meios mais ardilosos para sobreviver, recebem, pela mídia, saudações que, às vezes, em nada correspondem às suas habilidades, como o caso do bandido Lúcio Flávio - personagem do romance de José

Louzeiro - que foi apresentado por jornais da época como um bandido inigualável, de grande inteligência: “As especialidades de Lúcio Flávio eram roubar carros, fugir de presídios (...) e produzir frases inteligentes de rebeldia contra o sistema. Principalmente contra o sistema penitenciário” (*O Globo*, 1995, p. 32).

Parte dessa fama se deve às atitudes mais violentas cometidas por tal bandido; atitudes que produzem uma imagem de marginal muito distante da existente até então, que é a do malandro com a navalha e seus pequenos e perdoáveis golpes. É incontestável a influência da mídia na construção desse personagem violento que cresce em importância. A promoção a esses bandidos revela-se pelas notícias sobre prisões, mortes e pelas atuações ilícitas: tudo noticiado espetacularmente.

Ao matar o lendário detetive Cara de Cavalo decretou sua sentença de morte. Em poucos minutos, deixou de ser um reles explorador de mulheres e achador de bicheiros, frio e pobre, com a cara que lhe deu o merecido apelido, para se transformar num formidável bandido. (VENTURA, 1994, p. 45).

A construção imaginária, nesse momento, tem na mídia seu interlocutor mais frequente e potencial, o que pode ser depreendido nas plurais atribuições de qualidades que, na realidade, tratavam-se de falsas ações ou, no mínimo, não comprovadas.

Habitante de morros e favelas, o bandido “bom” é respeitado pela comunidade, sobretudo, porque suas principais atividades - o jogo do bicho e a venda de maconha - não comprometem a tranquilidade dos moradores, o que acaba acontecendo com a expansão do comércio de drogas e a consequente imposição do traficante como o “dono do morro”.

Os negócios profissionais do bandido “bom” são pequenos e não atraem, para o morro, a Polícia. Logo, o morador não é submetido, com frequência, a constrangimentos. Além do que, esse bandido ganha apenas o suficiente para a sua sobrevivência. Os locais perigosos e que sofrem perseguição policial localizam-se no Centro da cidade, principalmente, na Central do Brasil. Sobre o morro, ainda paira uma aura romântica.

Embora o índice de violência já seja alarmante, a violência cometida pelo bandido “bom” restringe-se a eliminar seus inimigos, no caso, a Polícia e os concorrentes. Ele ainda é, apenas, um matador de tiras, como Cabeleira, um dos mais perigosos marginais da década de 1960: “E Cabeleira matou o detetive Eugênio Parada e feriu outro guarda (...) O matador de ‘tiras’, entretanto, não foi esquecido. No dia 2 de novembro, na Estrada de Iguarité, Rio das Flores, foi cercado pela turma do detetive Chocolate (...)” (*Luta Democrática*, 11/01/65, p. 11).

Também não são comuns as incursões da Polícia nos morros. Logo, as comunidades têm bom convívio com esse personagem simpático e generoso (tal relação amistosa com os bandidos não se limitava à comunidade local, mas também já era idealizada por pessoas de meios diversos, como intelectuais da importância de Hélio Oiticica. Há, ainda, a famosa crônica de Clarice Lispector sobre a morte de Mineirinho):

A polícia tem dêle um medo sem limites. Anda armado com duas pistolas 9mm e traz numa pasta, uma metralhadora Ina a que chama ternamente de criança. (...) Murilão não assalta. Limita-se a tomar empréstimos a contraventores da Zona Norte e Meriti, aos quais protege (Luta Democrática, 11/01/65, p. 11).

Supõe-se que esse relacionamento se deva, ainda, à imagem que o bandido “bom” transmite à comunidade: pobre, morador de favelas e sem ambições maiores, esse bandido é igual aos outros moradores do local. Os pontos de jogos funcionando espalhados pela cidade e os de revenda de drogas ocorrendo principalmente nos centros da cidade, nas áreas conhecidas como de risco, paira uma certa tranquilidade nos morros e favelas. Com isso, os pontos de perseguição são diversos e os morros apenas abrigam os líderes da marginalidade.

A situação conflituosa entre moradores/bandidos/Polícia só vem a complicar-se já no fim do século, por volta dos anos 1980, período em que a crise econômica, já acentuada, promove, forçosamente, um reordenamento da sociedade. Problemas como: baixos salários, alto índice de inflação, desemprego, entre outros, contribuem para o surgimento de uma camada social formada por pessoas quase miseráveis que, em busca de uma melhor sorte, vão habitar favelas, quando possível, ou ruas; pessoas que vão viver do mercado informal e instável de trabalho e engordar as estatísticas que apontam as péssimas condições de vida dos brasileiros.

A destruturação da família, da Polícia e de outras figuras emblemáticas do poder, o descrédito nos discursos salvacionistas de políticos, a falta de opções, de chances para uma vida mais digna - educação, saúde, transporte, emprego - têm resposta na inserção de jovens em grupos marginais: tráfico de drogas, assaltos, arrastões são algumas das reações apresentadas à ausência e à incapacidade do Estado de proporcionar vida melhor aos novos deserdados. É nesse panorama que a relação cordial dos moradores do morro com o bandido fica comprometida: com a entrada deste no mercado mais selvagem de venda de tóxicos.

A paz de outrora dos morros é substituída por incursões da Polícia e por todo tipo de problema que essas investidas ainda oferecem. Até, então, a relação parecia caracterizar-se por um pacto silencioso: o morador não sabia nada e o bandido não o importunava. No entanto, com a proporção tomada pelos negócios das drogas, as negociações nos morros e favelas começam a ocorrer por volta dos anos 1980, tornando-se alarmantes no início dos anos 1990, o que explica a recrudescência das hostilidades policiais.

Até então, a ilegalidade gira em torno de roubos de carros, assaltos a bancos e pequenas atividades com maconha. A transição dá-se quando o bandido “bom” envereda pelo comércio de drogas, passando a traficante, e o morro vira, também, o local onde é purificada, embalada e revendida a droga; além de local de planejamento dessas atividades e esconderijo de armas. O bandido torna-se, logo, um empresário do tóxico:

(...) nove homicídios são atribuídos a Escadinha. Sua folha penal, aliás, é gorda: tem nove acusações de assaltos à mão armada, nove acusações de tráfico de drogas e meia dúzia de processos por porte ilegal de armas, formação de quadrilha e porte de entorpecentes (O Globo, 05/02/95, p. 32).

Após a transição da malandragem para a bandidagem do tipo acima descrito, o caminho do bandido, no Rio de Janeiro, torna-se mais perigoso, conforme indica a ficha penal do bandido temido nos anos 1980, conhecido como Escadinha. Simultaneamente, esse tipo de bandido cresce em importância e adquire uma “aura” que o malandro, por um limitado número de atitudes ilícitas, e o bandido “bom”, por ser ainda discreto, não obtiveram:

Com 2,08 metros de altura e o adequado apelido de Sérgio Grande, ele não impressionava somente pelo tamanho e pelos 36 homicídios que lhe eram imputados. O modo como se vestia (...) o passado de militar e integrante do Batalhão Suez, a suspeita de ter combatido ao lado do capitão Lamarca e o próprio nome de batismo, Sérgio Guarani Vladimir Saulos, criaram uma aura satânica em torno do chefe do tráfico de drogas no Morro do Juramento (O Globo, 5/2/95, p. 32).

Com suas atitudes tomando-se mais impetuosas, o bandido vê-se cercado de glórias e de adjetivos que, mais do que revelar sua personalidade, servem para mitificá-lo.

Por volta dos anos 1970, as relações com a Polícia tornam-se mais brutais. Por uma necessidade de punir exemplarmente os bandidos mais visados, tem-se, a partir do bandido conhecido como Mineirinho, um tipo mais cruel de execução, que é seguida da morte de outro famoso bandido identificado como Cara de Cavalo - 52 balas perfuraram seu corpo:

“Até aquela noite de domingo, 1º de maio de 1962, a população carioca não tinha conhecimento de execuções semelhantes. Os treze tiros que tiraram a vida de Mineirinho abriram caminho para os justiçamentos que se seguiram” (O Globo, 5/2/95, p. 7).

Na era dos chefões do tráfico, anos 1980/90, há um abrandamento da violência policial com os bandidos mais famosos. Eles são capturados e levados à prisão porque são imprescindíveis na elucidação de diversas atividades ilegais, como a formação do Comando Vermelho e do Terceiro Comando.

Marginais: as falas e as faturas

Os anos 1960, mais especificamente a segunda metade da década, e os 1970 são anos em que a cultura brasileira, de modo geral, a fim de não sucumbir, vê-se obrigada a buscar novas formas possíveis de expressão. Essa busca é marcada por conflitos de toda ordem, uma vez que o momento cultural fervilha, mas não se tem, no Brasil, um ambiente que favoreça o livre desenvolvimento dos novos canais de expressão cultural. Por outro lado, se o fechamento político cerceia muitas ideias e posições, também se revela grande incentivador

dos artistas que, na impossibilidade de se manifestarem livremente, têm que encontrar alternativas metafóricas para dar corpo às suas questões.

O chamado discurso esquerdista, por exemplo, quando abafado, faz-se ouvir por veículos até, então, pouco relacionados a essa postura. Dessas novas parcerias - do discurso da esquerda com as artes - o cinema, a literatura e as artes plásticas - dimensionam, exemplarmente, esses tempos.

Dentre as muitas formas de reação à repressão política, dos anos de ditadura, a narração de vidas marginais - aí vista como uma alegoria sobre a adversa e injusta organização social - serve de fonte a vários artistas com posições de esquerda e outros apenas interessados em se valerem de fórmulas votadas ao sucesso imediato.

Tornam-se comuns, então, obras como “O bandido da luz vermelha”, de Rogério Sganzerla, “Charles, Anjo 45”, de Jorge Ben - o hino ao ‘bandido de bom coração’ - “Lúcio Flávio, o passageiro da agonia”, de Hector Babenco, e tantos outros discursos que, por intermédio de um bandido-herói ou de outras metáforas, externam parte da inquietação que toma conta dos difíceis tempos. Assim, bandidos de alguma expressão são glamourizados por alguns artistas, enquanto, muitas vezes, são demonizados pela mídia - muito embora nem sempre ela consiga tal feito, já que, apesar do texto da notícia, as manchetes acabam, algumas vezes, promovendo-os à condição de gênios, ou, no mínimo, polarizando atenções sobre eles.

Cara de Cavalo, o célebre bandido dos anos 1960, presta-se a essa dualidade: o assassino do detetive Le Cocq atrai artistas da importância de Hélio Oiticica que lhe rendem homenagens, mas provoca, ao mesmo tempo, a ira da mídia que incentiva a sua captura. Quando mata o famoso detetive Le Cocq, Cara de Cavalo canaliza para si toda a revolta de alguns setores da sociedade que veem no detetive, à imagem do herói, a possibilidade de próspera tranquilidade, de uma cidade sem bandidos, sem roubos. Le Cocq, na década de 1960, é quase um mito na Polícia carioca:

A morte de Le Cocq desencadeou uma sede de justiça jamais igualada. Além da Polícia Civil, três batalhões da Polícia Militar e numerosos choques da Polícia de Vigilância, incluindo a Radiopatrulha, com todos os seus efetivos viraram pelo avesso os morros cariocas (Fatos e Fotos, 19/09/64, p.10).

Por conta desse crime, a mídia constrói um bandido impiedoso, digno de toda a barbárie que caracteriza a sua morte. “Vingada a morte de Le Cocq - Cara de Cavalo crivado de balas: mais de 100 tiros!” (*O Dia*, 5/10/64).

Na tentativa de revelar à cidade o Cara de Cavalo indigno, reles, a mídia contraria o seu intento: alterna notícias do tipo: “Cara de Cavalo é um covarde” (*Fatos e Fotos*, 1964, p. 21) - frase proferida por um inimigo de Cara de Cavalo - com: “Le Cocq queria apanhar Cara de Cavalo a unha, como se êle fosse um simples pivete. O bandido surpreendeu a todos. Passou

a usar disfarces perfeitos (...) Dizem que já furou um bloqueio da PM, usando uma farda de soldado do Exército (...)” (*Fatos e Fotos*, 19/09/64, p. 8). E, ainda: “Bandido que matou Le Cocq continua pondo em pânico a cidade” (*O Dia*). O bandido fica sem uma definição clara quanto à sua capacidade: é ou não um bandido astuto que se sobressai à Polícia?

Muitas vezes, então, na ânsia de desmoralizar o bandido, os textos promovem-no a um bandido inigualável: “Mas nunca, durante os quatro anos de existência dos boinas-pretas, êles atuaram com tanto ímpeto, tanta energia, tanta disposição, quanto agora, na caçada implacável e sem tréguas ao Cara de Cavalo” (*Fatos e Fotos*, 19/09/64, p. 8) e que deixa atônita toda a Polícia carioca e ainda consegue manter suas atividades profissionais:

Houve um momento em que três mil homens se puseram em ação e os morros foram vasculhados, as saídas para o Estado do Rio se viram fechadas, a busca se fez noite e dia, sem que, nem por isso, o bandido aparecesse. Pelo contrário, vários pontos do “bicho”, as “fortalezas” chamadas, continuaram a ser visitados pelo marginal, que arrebanhou em dois dias sob a caçada, perto de CR\$ 1 milhão, na mesma Vila Isabel onde Le Cocq morreu (O Cruzeiro, 19/09/64, p. 10).

Mas, se a mídia por vezes se trai e exalta Cara de Cavalo, quando deseja apenas desprestigiar-lo, o mesmo não ocorre com a mais enfática saudação que já lhe fora atribuída: o poema-protesto de Hélio Oiticica apresenta uma outra e enaltecida imagem do bandido: “Eu quis aqui homenagear o que penso que seja a revolta individual social: a dos chamados marginais” (OITICICA, 1986, p. 53). Cara de Cavalo e outros bandidos se tornam, então, ícones da rebeldia, da inquietação e figuras comuns nos discursos e movimentos radicais dos anos 1960.

Com o bandido Lúcio Flávio, nos anos 1970, talvez se tenha a melhor versão de bandido-herói. Rapaz bonito, classe média e com alguma cultura, ele é um bandido-galã e, assim, sua imagem se cristaliza no imaginário popular da época. O discurso policial talvez seja o único a tentar reduzir a importância de Lúcio Flávio, como sugere a fala do então detetive Sivuca: “Lúcio Flávio era um psicopata. Matou achando bonitinho o cara sofrer, se contorcer (...) foi um cara covarde em alguns momentos (...)” (RIBEIRO, 1977, p. 195). No entanto, essa mesma Polícia não deixa de reconhecer: “era inteligente, discutiu de igual para igual com qualquer bandido, com qualquer policial” (RIBEIRO, 1977, p. 195).

Após a morte, Lúcio Flávio é amplamente aproveitado como material por escritores, jornalistas e cineastas. Em todos, a imagem que prevalece é a de bandido inteligente, corajoso, líder, uma personalidade ímpar no mundo marginal. Quando morre, as manchetes realçam seus feitos: “As mais audaciosas proezas do chefe” (*O Dia*, 30/01/75, p. 8) e “O preso mais famoso do Brasil tombou morto na prisão” (*Manchete*, 15/02/75, p. 23).

As fugas das prisões dão ao bandido grande parte de sua fama. E embora a Polícia lhe confira mais crimes do que realmente cometera, sua ficha policial é de impor respeito: “Envolveu-se com uma quadrilha de ladrões de automóveis, familiarizou-se com o

submundo do crime e viu seu nome ir se tornando respeitado e temido, tanto por policiais como por marginais” (*Manchete*, 15/02/75 p. 24). Há, ainda, uma cena do filme “Lúcio Flávio, passageiro da agonia” em que ele chega na prisão e é recebido, efusivamente, pelos prisioneiros. É o grande herói do submundo.

O envolvimento com policiais é determinado por ele, que tem enorme ascendência, também, sobre muitos policiais: “Escuta bem o que vou dizer, canalha. Daqui pra frente só eu dou as cartas. Não quero o dinheiro que pegou, de volta. Vou querer coisa pior: vamos ter reuniões semanais e todos os policiais que estão na jogada comigo vão estar presentes” (LOUZEIRO, 1978, p. 59).

Até mesmo os temíveis policiais que pertencem ao “Esquadrão da Morte” submetem-se às suas ordens, bem como a quadrilha que assalta bancos e que ele lidera, sempre, com êxito e domínio: “Lúcio ainda não dissera uma só palavra. Sua vontade era abandonar completamente o assunto do assalto, ir diretamente ao ponto que mais o preocupava. Mas isso poderia mostrar fraqueza e um chefe de gang não pode vacilar” (LOUZEIRO, 1978, p. 80).

Outras vezes, é o bandido inteligente, culto: “Aos 14 anos já lera *A Cinderela*, de Cronin, *O pequeno príncipe*, de Saint Exupéry, e ensaiava tímidos desenhos e esculturas (...) era o prisioneiro de maior quociente intelectual dos presídios brasileiros” (*Manchete*, 15/02/75, p. 23). A importância que a mídia e as artes lhe atribuem pode ser medida pelas manchetes e notícias sobre seu enterro: “Desceu gente do morro atrás do cemitério e muitos dos que passavam de carro ou a pé no Catumbi também pararam ontem, de manhã, para misturar-se aos que estavam no velório de Lúcio Flávio” (*O Dia*, 31/01/75).

No caso de Lúcio Flávio, a literatura, o cinema e a mídia, invariavelmente, destacam a violência e a falta de escrúpulos da Polícia, ao passo que do personagem não são evidenciadas cenas brutais de violência. No filme, nas cenas que retratam uma de suas prisões, ele é torturado por policiais encapuzados; as cenas anteriores, do assassinato de dois integrantes do seu grupo e do assalto ao banco, protagonizadas por ele e por seus comparsas, quase não são exploradas: são breves, sem choques.

Essa intenção de heroicização ao compor um bandido que não revela insensatez, que só mata para proteger-se e poupa a vida dos humildes culmina, no filme, com a não apresentação de sua morte, recurso explorado pela literatura que tem no herói o seu objeto. A morte, no filme, é, apenas, sugerida: Marujo, o inimigo de cela, levanta-se, vai em direção a Lúcio Flávio, que dorme, enquanto o outro companheiro de cela apaga a luz. Finalizando a cena, aparecem escritos o local, dia e causa da morte do bandido.

Percebemos que tão somente o discurso policial ocupa-se de desmoralizar o bandido. Fora dele, os diversos discursos sobre o bandido só dão conta de apresentá-lo de forma glamourosa: seja caracterizando suas fugas como espetaculares ou revelando-lhe atributos de coragem, liderança e perspicácia para arquitetar assaltos. Enquanto o bandido Cara de

Cavalo sofre, por algum tempo, implacável perseguição pela mídia, que o aponta como inimigo nº 1 da população carioca.

Talvez sejam as práticas marginais de Lúcio Flávio e Cara de Cavalo que justifiquem o tratamento distinto que a mídia lhes concede. Especialista em assaltos a bancos, Lúcio Flávio não tira dos pobres, não comete injustiça com a população que, provavelmente, não se sente ultrajada com os crimes do bandido; já Cara de Cavalo, um bandido inexpressivo, matando Le Cocq tira da população o herói que prometia limpar a cidade dos crimes. Mata um detetive respeitado, numa época em que a Polícia é mitificada. As notícias sobre o enterro de Le Cocq exaltam o grande número de pessoas que vão homenageá-lo. Com isso, o bandido consegue ter contra si parte da opinião pública, órfã de heróis.

Mídia e comunidade - a construção do heroísmo polêmico

O Rio de Janeiro vive há muitos anos essa perversa relação com os poderes: o poder institucionalizado e o poder paralelo imposto, muitas vezes, à força ou de forma persuasiva. É sabido que os problemas das grandes cidades crescem de forma rápida e assustadora, impedindo soluções imediatas e definitivas. No entanto, no Rio de Janeiro, as grandes aflições urbanas parecem mais acentuadas, uma vez que contribuem para o surgimento e fortalecimento do crime, de uma forma, talvez, incomum no país.

É verdade que o alto índice de criminalidade não é um problema apenas desta cidade, mas, por alguns motivos, o Rio se torna uma metrópole mais suscetível à proliferação do crime organizado. O crescimento desordenado da cidade, os aspectos geográficos, o desemprego, a precariedade do funcionamento do sistema público, as deficiências policiais, a indiferença das autoridades para a crescente marginalidade e tantos outros problemas que assolam as grandes cidades, criam, no Rio de Janeiro, um ambiente mais propício a um certo tipo de ação da bandidagem.

O problema toma tal dimensão porque, como já esboçamos anteriormente, o crime, no Rio de Janeiro, desenvolve-se nos espaços mais necessitados da atuação pública. É neste vácuo deixado pelo poder público que a ação da bandidagem torna-se menos ilícita: fazendo pela comunidade o que deveria ser oferecido pelo poder público, os “donos do morro” - como são conhecidos os chefes do tráfico - conseguem o silêncio, a cumplicidade e, o mais assustador, a simpatia de muitos moradores. Com isso, o poder paralelo ganha sustentação e pode competir com o poder oficial.

Por possuir inúmeros morros e outros locais favoráveis à ocupação desordenada, é crescente o número de guetos em precaríssimas condições de vida. A geografia da cidade permite a proliferação de favelas, tomada por morros onde é possível abrir construções, ruelas, terrenos vazios e viadutos que mesmo cercados não constituem obstáculos à população carente.

Com isso, há, por toda a cidade, sem distinção de zonas, locais onde vivem pessoas de baixíssima renda, nos quais, normalmente, não há esgoto, água encanada, luz elétrica. E como também as construções mais ricas dividem espaço com os casebres, uma vez que a Zona Sul também vive essa problemática, a questão da violência relacionada com a miséria ganha uma dimensão maior do que em outras cidades com problemas semelhantes, justamente, porque não estão os miseráveis geograficamente separados dos ricos.

No Rio de Janeiro, a beleza das praias, dos edifícios, *shoppings*, o lado nobre da cidade e que a torna célebre divide espaço com a penúria - meninos de rua em sinais de trânsito, casas condenadas, mendigos, favelas. E esse contraste é vivido de uma forma intensa e angustiante, obrigando-nos a pensar a todo instante nesse problema e aprender a dividir a cidade com o outro. Melhor, no Rio de Janeiro, a área cobijada da cidade - a Zona Sul - é território de ricos e pobres, as praias são divididas por moradores da orla, do morro próximo e por moradores do subúrbio, mas sem que isso represente, sempre, uma convivência harmônica.

Ou seja, as fronteiras são ultrapassadas, há o impulso constante em busca do lazer. Explica-se, dessa forma, a recusa das pessoas em deixar as favelas da Zona Sul; ainda que seja para moradias mais humanas, as pessoas tendem a permanecer no lado nobre da cidade, como se assim obtivessem algum reconhecimento.

Esses são fatores que facilitam o crescimento de favelas na cidade e a condição miserável em que se mantêm. É assim que esse local se torna um espaço onde a ação de “heróis” providenciais torna-se uma constante. Diante da espera interminável, as comunidades se rendem ao assistencialismo dos “donos do morro” que financiam construções de casas, remédios, lazer, alimentos etc.

“Como na Baixada não tem traficante, a gente vinha aqui para pedir auxílio: dinheiro, remédio, bujão de gás” (*Jornal do Brasil*, 07/03/96, p. 18). O discurso é de uma moradora da Baixada Fluminense, sobre o traficante Jorge Luís, de Acari. Entre algumas lamentações sobre a morte do bandido, os moradores ressaltam a generosidade do mesmo por suprir as muitas faltas que os moradores daquelas áreas vivem: “Ele só pensava nos pobres. Fazia tudo por nós. Estão tentando fazer dele um animal, mas para a gente ele era um rei” (*Ibid.*). Tais discursos, que apresentam o marginal como um homem digno, e o discurso da mídia, datado da mesma ocasião, dão um contorno heróico ao inimigo da lei:

Uma bandeira preta no alto de um sobrado da Favela de Acari simbolizava o que a comunidade achou da morte do traficante Jorge Luís dos Santos. Logo na entrada, uma barricada de geladeiras e fogões velhos bloqueava o principal acesso. Cerca de 3.200 comerciantes da região tiveram que fechar as portas, num feriado determinado pelos donos do tráfico de drogas. (O Globo, 06/03/96, p. 16)

Na cidade do Rio de Janeiro há grandes chefes do tráfico. Grandes pelo poder, que nesse caso está ligado a áreas de atuação, quantidade de venda de tóxico, armamento, dinheiro

movimentado, basicamente. Alguns são bastante discretos e outros, com frequência, ocupam os noticiários; mas, normalmente, todos têm uma ascendência forte sobre as comunidades onde atuam.

Raramente, um chefe do tráfico prescinde dos moradores, pois uma relação amistosa com a comunidade pode ser valiosa em casos de batidas da Polícia, prisão, invasão de grupos rivais e outras situações. “Estou aqui no Dendê há anos e a favela sempre foi um lugar tranquilo para se viver. Agora a gente não sabe mais como vai ficar” (*O Globo*, 9/11/95, p. 24) - diz um morador, temendo as mudanças por que passaria a comunidade em virtude da morte do traficante Miltoninho do Dendê.

Como benfeitor da área, ele pode sair-se bem destas situações, contando com o apoio da comunidade que, por motivos diversos, deseja mantê-lo na liderança, sobretudo pelo temor de que um grupo rival deseje tomar o comando na comunidade, o que se dá de forma violenta, com guerra entre as quadrilhas, transformando a vida do morador num desespero, pelo risco das balas perdidas, acentuado pela possibilidade de ter um novo líder sem preocupações com a comunidade.

A imagem de benfeitor e líder carismático revelada pela comunidade encontra apoio no discurso midiático, que também destaca qualidades sobre-humanas do traficante: “Ele é capaz de enfrentar a Polícia, a Marinha e até os traficantes inimigos (...) e impôs à Marinha de Guerra brasileira uma das mais constrangedoras situações de sua história” (*Jornal do Brasil*, 8/11/95, p. 18).

No entanto, observamos, com frequência, que a defesa dos traficantes é feita de forma mais veemente por parte dos jovens. Crianças e adolescentes, sobretudo, relacionam-se de forma incomum com a marginalidade local. Não que seja bastante numerosa a quantidade de cooptados dos líderes locais; decerto há uma parcela que mantém o vínculo, porque não lhe cabe outra alternativa, mas, sem dúvida, a simpatia pelos envolvidos com o tráfico é significativa e assustadora. Uma admiração que se reflete em letras de *funk*, na adoração pelas armas e conflitos, na formação de “miniexércitos”, na vibração com as atrocidades.

Nascidos, como os “chefes do morro”, em famílias humildes, com pouquíssimo ou nenhum recurso, essa garotada não tem muita expectativa de vida. A escola, que deveria ser a opção de uma vida um pouco diferente é, ainda, muito preconceituosa e desestimulante para tal grupo. Assim, os caminhos apresentados não são muito atraentes. A família trabalhadora é precária como exemplo, já que o trabalho é muito e o dinheiro recebido é pouco. Enquanto isso, um “vapor” ou “avião” das bocas de fumo tem um rendimento bastante superior ao de outras categorias de trabalhadores. É por aí, pelo dinheiro rápido, que um jovem é atraído para o “movimento”.

Ainda assim, tornando-se heróis dos jovens em razão de performances espetaculares, os grandes bandidos que atuam na cidade têm os seus feitos diminuídos pelas autoridades. As denúncias de excessos cometidos pelo poder paralelo são, frequentemente, rebatidas. O

que se torna um falatório inútil e acaba por popularizar mais ainda o bandido em questão, já que, insistentemente, os jornais e revistas, através de manchetes e textos, revelam a ilimitada audácia da marginalidade.

Junito de Souza Brandão (1987, p. 15) identifica a base etimológica de herói no indo-europeu: *servã*, da raiz *ser*, de que provém o avéstico *haurvaiti*, “ele guarda” e o latim *servãre*, “conservar, defender, guardar, velar sobre, ser útil”, donde herói seria o “guardião, o defensor, o que nasceu para servir”.

Alguns heróis, oficialmente reconhecidos, ganham expressão porque, de alguma forma, lutam pelo enobrecimento nacional ou de alguma região. Dentre estes heróis, podemos até discutir a trajetória de alguns, seus ideais, mas é certo afirmar que suas realizações, invariavelmente, traduzem-se de uma forma positiva e corajosa. Por isso, o personagem marginal, o traficante, esse tipo tão presente na cena urbana carioca, com certa assiduidade, faz pose de herói.

Uma constatação cruel, mas que não pode ser negada: parte da população, sobretudo carente e jovem, deixa-se seduzir pela trajetória dos “chefes do morro”. Ainda assim, cabe conferirmos se os aspectos negativos presentes na biografia do personagem marginal desqualificam-no para o título. Muitos heróis apresentam traços contraditórios e que se tornam irrelevantes diante da luta travada. “Todos os sentidos do termo ‘herói’, tal como é usado pelos adeptos das interpretações heróicas da História, pressupõem que, quem quer que seja o herói, ele se destaca de um modo qualitativamente único dos outros homens na esfera de sua atividade e, ainda mais, que o registro das realizações em qualquer setor é a história dos feitos e pensamentos de heróis” (HOOK, 1962, p. 29).

Demonstrando a altivez incomum aos demais moradores - tão habituados à servidão - o traficante se mostra habilitado, permanentemente, ao cargo de “dono do morro”. O poder dos traficantes do Dona Marta não é de se menosprezar. “Há três meses o prefeito César Maia contou que teve que negociar com os vendedores de drogas a construção de um muro que protegeria a área de constantes invasões de bandidos” (*Jornal do Brasil*, 09/02/96, p. 17).

Fica patente, ainda, a participação da mídia na construção do mito que os meninos admiram tanto. Afinal, é o bandido com foto estampada no jornal. É a revelação de um semelhante de forma glorificadora, ainda que a glória consista em ser considerado o maior inimigo da lei: “Articulado e com forte ascendência sobre seus cúmplices. Assim se apresentou o homem que até ontem detinha o título de bandido mais procurado pela polícia” (*O Globo*, 8/11/95, p. 18).

Ainda que por curto tempo, o delinquente consegue sobreviver, com certa facilidade, a forças contrárias, como a Polícia e demais autoridades. A definição da autoridade nos morros e favelas do Rio de Janeiro é instrumentalizada pela violência, mas requer, também, astúcia, destemor, inteligência. Muitos almejam o cargo de dono da “boca de fumo”, o que

representa ser “dono do morro”, entretanto, poucos mostram-se preparados para tal tarefa que exige severos requisitos:

“Somente o que ostenta coragem e inteligência, astúcia e lucidez, só quem exhibe uma razoável força de comunicação, consegue alicerçar seu breve reinado, que depende, sobretudo, de braço forte, um revólver sem hesitação, uma crueldade sem lindes. O segredo da hegemonia do líder será fruto, tanto da habilidade de coagir, como da geração de mitos sobre as proezas que tenha praticado” (PEREIRA, 1984, p.21)

Nessa mitificação, a mídia foi e é responsável pela construção de muitos personagens violentos que ganham notoriedade na cidade. Ainda que demonstrando perplexidade pelos fatos, invariavelmente, as manchetes destacam façanhas que, normalmente, promovem o bandido e, conseqüentemente, deixam o poder público margeando o descrédito, já que o mesmo não impede tais feitos bárbaros, seja por incompetência, inabilidade, ou mesmo, pela sua ausência nos espaços marginais à sociedade cidadã: “A ocupação do Morro Dona Marta há três meses pela Polícia Militar não alterou o funcionamento da boca de fumo. Os policiais sabem onde estão os traficantes e vice-versa, mas um não incomoda o outro. Para comprar drogas, os viciados passam por um posto da PM” (*Jornal do Brasil*, 12/02/96, p. 16).

Todavia, há outros atributos que um líder do tráfico apresenta e que figuram na trajetória de um herói. De início, identificamos na origem do termo herói a sua função precípua: servir, defender:

Eu quero saber se o governo vai suprir a falta de Miltinho. Quem vai dar auxílio-funeral, pagar remédios e dar presentes às crianças. Em 88, quando 16 casas desabaram na favela, o governo não deu auxílio aos desabrigados, mas o Miltinho botou a mão no bolso e bancou a construção de 16 casas. E agora? (O Globo, 9/11/95, p. 24).

Entre as principais funções da marginalidade carioca que atua nos morros e favelas está a prestação de serviços à comunidade - muito embora isto se deva mais a interesses próprios do que a uma preocupação social. Tratam-se de espaços de imensa miséria e é com facilidade que interesses diversos penetram e consolidam-se diante de tantas necessidades. Assim, o tráfico de drogas, com enorme poderio, sustenta-se, prometendo segurança e outras virtuais conquistas. “A sensação de segurança alcançada reforça o laço com o herói: um dos motivos principais do culto ao herói é a proteção que o mesmo dispensa à sua pólis em guerra” (BRANDÃO, 1987, p. A.2). Atribui-se, assim, ao chefe do morro, uma responsabilidade do governo e, dessa forma, ele vai se tornando o justiceiro do povo e fortalecendo-se enquanto poder paralelo:

A justiça do Rio e o Itamarati não foram as únicas barreiras que o cantor Michael Jackson teve que vencer para garantir a filmagem de seu clipe (...) Uma equipe contratada pela produção teve que negociar com os traficantes para permitir a presença de Michael Jackson (...). Dominada há vários anos pelo traficante Márcio Amaro de Oliveira, o

Márcio VP, nem mesmo uma câmera fotográfica portátil entraria na favela se não fosse sua autorização (Jornal do Brasil, 9/02/96, p. 17).

A leitura do texto não deixa dúvidas a respeito do poder do bandido em relação a sua comunidade. E se, inclusive, a imprensa constata com aparente naturalidade a tirania dos traficantes, é praticamente impossível a um morador de favelas desvincular-se dessa ou de outra forma de poder violento. Desde pequeno, este habitante percebe que o morro tem um dono que o protege ou não. É uma constatação. Não se luta porque o mal parece inevitável. A diferença reside no tipo de dono: cruel, protetor, fraco. Mas ele estará lá. Ciente dessa situação, cabe ao morador esperar que seu líder promova, também, algumas melhorias: “Estou aqui no Dendê há anos e a favela sempre foi um lugar tranquilo para se viver. Agora a gente não sabe mais como vai ficar” (*O Globo*, 9/11/95, p. 24).

A violência constante, no entanto, parece tornar o dono do morro mais bem preparado para o cargo e, por isso, mais respeitado: “É nessa promoção da justiça pelas próprias mãos e com seus próprios recursos que jaz a legitimidade e popularidade desses personagens” (DaMatta, 1990, p. 222). A barbárie com que os casos de infração, traição e outros são tratados adquirem um contorno que chega a ser considerado digno nos meios mais carentes, principalmente porque essa forma de justiça parece ser a única possível, além de ser a mais conhecida nestes meios.

A ordem jurídica tradicional não atinge as classes mais miseráveis. É abstrata para o homem favelado que a conhece apenas dos discursos. Para este cidadão, a justiça que não falha é aquela que ele faz com suas mãos, de acordo com as leis locais. Por isso, por mais violentas, crues e arbitrarias que sejam as atitudes dos traficantes e seus “soldados”, elas não agridem o morador do morro como o do asfalto. Logo, alguns traços que poderiam ser considerados negativos na trajetória de um chefe do tráfico acabam por conferir-lhe mais carisma. E, assim, a comunidade faz dele o seu salvador, aquele que tem a coragem, a predisposição que o grupo não tem e que, talvez, sejam exclusivas dos heróis. É uma admiração pelo superior: “Talvez uma fonte mais importante de atração exercida pelo líder sobre seus seguidores se encontre na satisfação vicária de seus anseios através dos supostos traços e êxitos do líder. O esplendor, a força, o brilho do líder são compartilhados imaginariamente” (HOOK, 1962, p. 25, 26).

Para um morador de comunidades, reconhecer, no traficante, o inimigo da cidade é tão pouco provável quanto reconhecer neste somente atitudes heróicas. É uma relação de equilíbrio entre o pavor da dominação e a gratidão pelos pequenos serviços prestados à comunidade. Ainda que a caracterização do dono do morro feita por aqueles que vivem em comunidades carentes seja distinta das demais, parece claro existir, naquele meio, a consciência da ilegalidade das atividades do tráfico. Mesmo que essa ilegalidade receba conotação diferente daquela que tem nos demais meios sociais.

Para o favelado e, principalmente, o jovem, o bandido pode significar, apenas, alguém que não se adapta totalmente às regras de bom comportamento, que prefere viver de maneira impetuosa e perigosa e que, sobretudo, é “gente boa”. São aqueles indivíduos que vivem em harmonia, via de regra, com os moradores e, no entanto, estão na mira da Polícia e são temidos pela sociedade do asfalto.

É inegável, então, que a Polícia seja um dos mais polêmicos meios de repressão à desordem. Polêmico, porque o seu papel de zelar pela ordem é, muitas vezes, realizado arbitrariamente e sob uma visão preconceituosa, frequentemente apoiada pela sociedade. Fato que gera um enorme desrespeito à lei, favorecendo, inclusive, a propagação da delinquência, uma vez que o modelo de ordem - a Polícia - apresenta, comumente, contorno tão distante do desejado.

Assim, o “guardião” é tão somente o bandido. Apesar de ser constante o aparato policial nessas comunidades, não se tem, por este, o crédito depositado naquele, frequentemente revelado com a preocupação de ter um líder que não baseie sua vida profissional, na favela, na troca de favores.

Vivendo uma relação complicada com a instituição de segurança, a procura da Polícia pelos moradores desses territórios é rara. Os casos de denúncia são sufocados pela autoridade local, o marginal; as dificuldades que a Polícia encontra para resolver problemas nestes locais também são imensas, uma vez que recebe pouca ou nenhuma ajuda dos moradores.

Tudo isso deixa o trabalho da instituição muito aquém das expectativas. E, embora a Polícia ainda seja respeitada por uns poucos nas favelas e morros, o seu trabalho parece bastante infrutífero. “A Polícia só entra aqui atirando. Não poupa ninguém. Mulher, criança, adulto, velho, não faz diferença. A única alternativa é correr” (*Jornal do Brasil*, 17/04/96, p. 21). Diante desta situação, apresentada por um morador, é que se dá o impasse com a Polícia, porque o trabalho desta, na favela, é exercido por traficantes, de forma violenta, porém, infalível, submetendo os moradores às suas ordens. Talvez a diferença entre as ações da Polícia e dos traficantes distinga-se, fundamentalmente, neste aspecto: ambos são autoritários, violentos; porém, enquanto normalmente o trabalho da Polícia não seja bem visto pelos moradores da favela e também não seja eficiente na erradicação da desordem, o trabalho realizado pelos traficantes é “competente”, sobretudo, porque se baseia na barbárie, conta com a cumplicidade dos moradores e, ainda, é exaltado pela mídia: “O bandido, quando mata, o faz para punir uma deslealdade: é um crime ‘justificado’; ao contrário do que ocorre com a Polícia, cujas vítimas, muitas vezes, não mantêm qualquer vínculo com a criminalidade” (Cf. ZALUAR, 1983).

A função da Polícia de proteger a comunidade e punir desvios, nas áreas carentes, é habitualmente realizada por algum bandido, que a desenvolve como se assim se descomprometesse com o ilícito. Logo, o que determina a vitória nesta disputa entre o poder legal e o do traficante, comumente, é uma segurança aparente, massacrante e indigna.

As favelas, em razão da interferência direta dos traficantes, vão fechando-se às poucas oportunidades oferecidas pelo poder institucionalizado. E não porque esta atitude de desconfiança e má-vontade com o Estado deva-se, apenas, à realização dos anseios da comunidade pelo tráfico de drogas, já que são atendidas de imediato, mas, pela pressão exercida pelos “benfeitores” que permitindo, ainda que mesmo uma pequena intervenção do Estado nas comunidades carentes, veriam o seu poder reduzido.

Para que alguns serviços públicos básicos sejam realizados nas favelas é necessário que o “chefe” daquele local não veja, nos mesmos, uma ameaça. Recenseadores, médicos, engenheiros, oficiais de justiça e tantos outros profissionais que atuam como intermediários entre as duas áreas da cidade - a favela e o asfalto - estão sujeitos ao bloqueio do tráfico.

Situação muito mais delicada para as investidas da Polícia: esta, nas raras vezes que tenta atuar como a Polícia ideal, mediadora, protetora, orientadora dos cidadãos, encontra enorme resistência. De qualquer forma, a dificuldade do Estado em atrair para si os esforços no sentido de uma reorganização destas comunidades reafirma um descontrole insustentável que, por sua vez, habilita lideranças diversas, instáveis e malélicas.

Buscando firmar a imagem de bom bandido - aquele que não mata sem motivos, protege a comunidade, controla seu “exército” - o bandido, na cidade do Rio de Janeiro, expande suas atividades, alcança votos, alicia menores e se heroiciza.

Bibliografia

- ARCE, José Manuel Valenzuela. *Vida de barro duro: cultura popular juvenil y graffiti*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 1997.
- BANDEIRA, Manuel e ANDRADE, Carlos Drummond. *Rio de Janeiro em prosa e verso*. Rio de Janeiro: José Olympio, vol.5, 1965.
- BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega – vol. I*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *Mitologia Grega – vol. II*, Petrópolis: Vozes, 1987.
- CANDIDO, Antônio. A dialética da malandragem. IN: ALMEIDA, Manoel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*; ed. crítica de Cecília de Lara. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COSTALLAT, Benjamim. *Mistérios do Rio*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.
- DAHRENDORF, Ralf. *A lei e a ordem*. Trad: Tamara Barile. Instituto Tancredo Neves (Brasília): Fundação Friedrich Naumann (Bonn), 1987.
- FISCHER, Rosa Maria. *O direito da população à segurança*. Petrópolis: Vozes / Cedec, 1985.
- HOBSBAWM, E. J. O bandido social in *Rebeldes primitivos*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- _____. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense Umversitána ,1976.
- LOUZEIRO, José. *Lúcio Flávio: o passageiro da agonia*. Rio de Janeiro: Record, 1978, 4 edição.

MAY, Rollo. *Poder e inocência: uma análise das fontes da violência*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

OITICICA, Hélio. *Aspiro ao grande labirinto*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

PEREIRA, Armando. *Bandidos e favelas: uma contribuição ao estudo do meio marginal carioca*. Rio de Janeiro: Eu e Você Editora, 1984.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro*. Trad. Waldívia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2 edição, 1977.

RENAULT, Delso. *Rio de Janeiro: a vida na cidade refletida nos jornais (1850- 1870)*. Brasília: INL, Civilização Brasileira, 1978.

RIO, João do. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1987.

SCHNEIDER, Leda. *Marginalidade e delinquência juvenil*. São Paulo: Cortez, 1982.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Revistas & Periódicos:

BORBA, Marco Aurélio. ARAÚJO, Celso Arnaldo. O preso mais famoso do Brasil, que tombou morto na prisão, foi vítima de um crime até agora mal explicado pela polícia. *Manchete*. Rio de Janeiro. n° 191, ano 21. 15 fevereiro 1975.

GONÇALVES, Liane. Bandeira preta para simbolizar o luto. *O Globo*. Rio de Janeiro. Caderno Rio. 06 março 1996.p. 16.

GUEDES, Octávio. Assistencialismo no Morro do Dendê. *O Dia*. Rio de Janeiro. Caderno Polícia. 09 novembro 1995. p. 11.

HOMEM, Renato. Polícia prende Milton do Dendê. *O Globo*. Rio de Janeiro. Caderno Rio. 08 novembro 1995. p. 18.

LEITE, Marcelo. Invasão de favela cantada em rap. *O Globo*. Rio de Janeiro. Caderno Rio. 26 dezembro 1995. p.18.

MATTA Daniela. Governo paga para entrar em favelas. *O Globo*. Rio de Janeiro. Caderno Rio. 17 março 1996. p. 18.

MONTEIRO, Paulo. O inimigo público n° 1 caçado pelas Forças Armadas, *O Globo*. Rio de Janeiro. Caderno Rio. 08 novembro 1995. p. 18.

MOREIRA, Marcelo. O dono do Dona Marta. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro Caderno Cidade. 12 fevereiro 1996. p 17.

RAMALHO, Eduardo. BILATE, Anver et al.: Esquadrão da morte começa a morrer. *O Cruzeiro*. Rio de Janeiro. n° 50, ano XXXVI. 19 setembro 1964.

ROCHA, José Sergio. WERNECK, Antonio. Polícia alimenta mito do inimigo público n° 1. *O Globo*. Rio de Janeiro. Caderno Rio. 05 fevereiro 1995. p. 32.

SEARA, Berenice. Polícia pára tráfico no Dendê. *O Globo*. Rio de Janeiro. Caderno Rio. 09 novembro 1995. p. 24.

SETEMBRINO, Humberto. Rei dos Bodes desafia seu inimigo de infância, o bandido mais temido do Rio de Janeiro. *Fatos e Fotos*. Rio de Janeiro. n° 191, ano IV. 26 setembro 1964.

SETEMBRINO, Humberto. SOARES Odacir. A grande caçada dos Boínas-Pretas. *Fatos e Fotos*. Rio de Janeiro. n° 190, ano IV. 19 setembro 1964.

VARSANO, Fábio. Multidão vai a enterro de traficante. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Caderno Cidade. 07 março 1996. p. 18.

As mais audaciosas proezas do chefe . *O Dia*. Rio de Janeiro. Caderno Polícia. 30 janeiro.1975. 1p.

Cara da Cavalô está apavorado. *O Dia*. Rio de Janeiro. Caderno Polícia. 15 setembro 1964. 52p.

Flávio enterrado. *O Dia*. Rio de Janeiro. Caderno Polícia. 31 janeiro 1975. 1p. Matador de tiras. Luta Democrática. 11 janeiro 1965.11p.

O morro não tem vez. *Veja Rio*. Rio de Janeiro. ano 6, nº 9. p. 8-13. 28 fevereiro 1996.

PMs são acusados de matar criança. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Caderno Cidade. 17 abril 1996. 2lp.

Preso chefe do tráfico. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Caderno Cidade. 08 novembro 1995. 18p.

Tráfico autorizou clipe. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Caderno Cidade. 09 fevereiro 1996. 17p.

Tráfico mandou no clipe. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Caderno Cidade. 12 fevereiro 1996. 16p.

Vingada a morte de Le Cocq. *O Dia*. Rio de Janeiro. Caderno Polícia. 05 outubro 1964. 1p.

BUARQUE, Chico. *Ópera do malandro*, Rio de Janeiro. Philips/Polygram, 1979.

BABENCO, Hector. *Lúcio Flávio: o passageiro da agonia*. São Paulo. HB Filmes, 1977.

(Recebido para publicação em 11/02/2011)